



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior)
TECNÓLOGO – Área: CONSERVAÇÃO E RESTAURO

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

- 1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
- 5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
- 9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
- 12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
- 14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
- 16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
- 20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
- 23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
- 27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
- 30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
- 33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
- 37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
 - (B) *forma* (linha 15).
 - (C) *alternativa* (linha 20).
 - (D) *polêmica* (linha 37).
 - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.



RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
 - Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
 - João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
 - Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
 - (B) João não foi ao cinema.
 - (C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
 - (D) João comprou o chocolate no shopping.
 - (E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
 - (B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
 - (C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
 - (D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
 - (E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
 - (B) B.
 - (C) C.
 - (D) D.
 - (E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
 - (B) nono dia.
 - (C) décimo dia.
 - (D) décimo-primeiro dia.
 - (E) décimo-segundo dia.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 A cristalização dos sais nos edifícios é um problema que pode ocorrer nas edificações históricas e sua deposição na superfície pode originar a formação de eflorescências salinas, ou, quando ocorre sob os revestimentos, criptoflorescências. Dentre os sais mais frequentemente identificados, o cloreto de sódio (NaCl) é bastante comum, e sua origem na argamassa de edificações históricas pode estar associada à(o)
- (A) presença de matéria orgânica em decomposição na alvenaria.
 - (B) utilização de cimento Portland para substituir rebocos antigos.
 - (C) uso de gesso para regularização de superfícies.
 - (D) utilização de tintas de base acrílica.
 - (E) utilização de cal, feita a partir da calcinação de conchas, e/ou de areia de rio de região sob influência das águas do oceano Atlântico.
- 20 Os processos de corrosão são as principais causas de deterioração de monumentos em ligas de cobre expostos às intempéries. Sobre o assunto, é correto afirmar:
- (A) Um dos primeiros sinais visível de ocorrência de processo de corrosão se traduz na alteração cromática da superfície do monumento.
 - (B) As alterações cromáticas introduzem apenas alterações estéticas no monumento.
 - (C) As alterações cromáticas correspondem à formação de camadas constituídas unicamente por cuprita (Cu_2O).
 - (D) A natureza da corrosão vai depender somente da natureza da liga metálica (composição, microestrutura, rugosidade).
 - (E) Cloretos de cobre sempre estão presentes na camada de produto de corrosão, pois são frequentes nas atmosferas urbanas de cidades litorâneas e também naquelas distantes das zonas marítimas.
- 21 O conceito de restauro como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua dupla polaridade, estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” está presente na teoria do restauro
- (A) estilístico do Viollet-le-Duc.
 - (B) científico de Gustavo Giovannoni.
 - (C) romântico de John Ruskin.
 - (D) crítico de Cesare Brandi.
 - (E) filológico de Camilo Boito.
- 22 Um edifício de grande valor construído no século XIX, com fachada totalmente revestida e ornamentada em mármore de Carrara, apresenta alterações provocadas pela ação do clima da região, com temperatura e umidade elevadas, associada à presença de poluentes no ar. Ao analisar um dos produtos de alteração da pedra por difração de raios-X, foi identificada a presença de gipsita localizada pontualmente na superfície de áreas protegidas e sem contato com a água da chuva, bem aderida e com possibilidade de perda da forma dos ornamentos. A alteração necessita ser removida para evitar maiores danos aos ornamentos em cantaria na construção. O método que pode ser utilizado para remover esse produto de alteração do material sem que acarrete outros danos ao mármore e com resultado bastante satisfatório é o(a)
- (A) jateamento abrasivo com areia média.
 - (B) remoção mecânica com bisturi cirúrgico.
 - (C) água nebulizada quase sem pressão.
 - (D) limpeza química com HCl diluído a 25%.
 - (E) aplicação de emplasto de bentonita e posterior remoção com lixa para massa nº 100.



- 23 A estabilidade dos produtos é uma característica importante para a escolha dos materiais que serão utilizados em uma intervenção restaurativa. Sobre os materiais empregados em conservação e restauro, é correto afirmar:
- (A) Epóxis são resinas de baixa resistência, porém são muito utilizadas em restauro pela sua reversibilidade.
 - (B) O Paraloid B-67 é muito estável e continua amplamente utilizado em restauro.
 - (C) Resinas cicloexanonas, como a Laropal A81, são empregadas como verniz, têm longa vida útil e são solúveis em água.
 - (D) O Paraloid B-72 é uma das resinas mais estáveis para uso em geral em conservação e restauro e não amarela em um prazo longo de tempo.
 - (E) Entre os vinílicos, o PVA (acetato de polivinila) é bastante utilizado em função da sua estabilidade. É um produto solúvel apenas em acetona e tolueno.
- 24 Ao analisar a composição da cantaria de uma igreja do século XVIII, foi identificada a presença de montmorilonita. O maior problema da presença deste argilomineral para a conservação da cantaria é devido à(s)
- (A) sua capacidade em expandir quando em contato com água e de retrair quando esta evapora, podendo ocasionar estresse mecânico no material.
 - (B) sua transformação em caulinita, cujas tensões de cristalização podem ocasionar estresse mecânico na porosidade da cantaria.
 - (C) tensões de cristalização ocasionadas pelas transformações mineralógicas, em condições ambientais, que a partir da montmorilonita dão origem à illita.
 - (D) sua capacidade de repelir a umidade do ar, prejudicando assim o equilíbrio do material com a ambiência em que está inserido.
 - (E) sua alteração para nitrato em condições ambientais, ocasionando estresse mecânico na porosidade do material.
- 25 Salvador Muñoz Viñas amplia a discussão sobre para quem se deve preservar um bem cultural, e desloca o foco do objeto a ser restaurado para o sujeito *“para quem esses objetos significam algo, aqueles para quem esses objetos cumprem uma função essencialmente simbólica ou documental, ou mesmo de outros tipos”*. Para Viñas, uma boa restauração passa a ser aquela que agrada à maioria das pessoas, que menos ferir a sensibilidade das pessoas. A teoria que dá suporte a esse pensamento é a
- (A) da restauração crítica.
 - (B) da restauração estilística.
 - (C) contemporânea da restauração.
 - (D) da restauração filológica.
 - (E) da restauração científica.
- 26 O teórico da restauração que conceituou monumentos como vivos e mortos e como maiores e menores foi
- (A) Gustavo Giovannoni.
 - (B) Cesare Brandi.
 - (C) Viollet-le-Duc.
 - (D) Camilo Boito.
 - (E) Salvador Muñoz Viñas.
- 27 O emplasto de bentonita é um produto que pode ser utilizado adequadamente para limpeza de
- (A) metais.
 - (B) azulejos decorados com a técnica da decalcomania.
 - (C) rochas carbonáticas.
 - (D) pinturas.
 - (E) vitrais.



- 28 A biodeterioração pode ocasionar diferentes danos aos materiais. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) A remoção de vegetais superiores enraizados na fachada de uma edificação histórica deve ser feita mediante corte do caule, de modo que possibilite ainda a aplicação de força para remover o que está dentro da estrutura.
 - (B) Cianobactérias se desenvolvem em regiões de clima seco e conseguem sobreviver apenas na superfície do vidro dos azulejos.
 - (C) *Thiobacillus* é um gênero de bactérias que sintetizam H_2SO_4 , um ácido forte que pode corroer diferentes materiais de construção.
 - (D) Fungos se desenvolvem em ambientes ventilados e com muita iluminação.
 - (E) As fezes de pássaros causam inúmeros problemas aos materiais das fachadas das edificações, pois possibilitam fenômenos de cristalização de sais constituídos por sulfatos.
- 29 A técnica instrumental fundamental para caracterizar a composição mineralógica dos produtos de alteração de um bem cultural material é a
- (A) microscopia eletrônica de varredura com sistema de energia dispersiva.
 - (B) difração de raios-x.
 - (C) fluorescência de raios-x.
 - (D) microssonda eletrônica.
 - (E) espectroscopia de infravermelho.
- 30 Os azulejos históricos portugueses foram produzidos com diversas técnicas de decoração. Entre estas técnicas, a decalcomania utiliza a impressão da pintura diretamente sobre a parte cerâmica branca (biscoito), coberta com uma camada posterior de vidro incolor. Sobre esta técnica, é correto afirmar:
- (A) A decalcomania conferiu maior durabilidade aos azulejos em relação à biodeterioração, pois os microrganismos não conseguem adentrar no azulejo.
 - (B) O vidro incolor da decalcomania aplicado sobre a pintura destaca da parte cerâmica mais facilmente que o esmalte estanífero utilizado na técnica da estampilha.
 - (C) O vidro incolor da decalcomania tem coeficiente de dilatação menor que o da parte cerâmica, por isso o craquelê apresenta os fragmentos da camada vitrificada montados uns sobre os outros.
 - (D) Comumente nos azulejos de decalcomania de pó de pedra, entre a camada vitrificada e a parte cerâmica, há uma zona de transição que mistura os componentes de ambas as camadas e faz com que o azulejo demore mais a perder o seu vidro.
 - (E) A presença de microrganismos nos azulejos de decalcomania ocorre apenas nas proximidades dos rejuntas, pois são os locais que retêm umidade por mais tempo.
- 31 Os ladrilhos são tipos de pisos, importados ou de produção nacional (e mesmo local), que foram muito utilizados nas construções históricas, durante os séculos XIX e XX, e atualmente há uma tendência a resgatar a utilização desse material. Sobre os ladrilhos, é correto afirmar:
- (A) Os procedimentos de conservação e restauro são os mesmos para ladrilhos hidráulicos e cerâmicos por se tratarem de materiais semelhantes na sua composição.
 - (B) Só existem ladrilhos hidráulicos nas construções históricas, principalmente do século XIX e até a primeira quinzena do século XX. Os ladrilhos cerâmicos são todos monocromáticos e surgiram após os anos de 1930.
 - (C) A identificação do tipo de ladrilhos históricos, se cerâmicos ou hidráulicos, pode ser feita com o uso de fenolftaleína.
 - (D) Os ladrilhos hidráulicos têm geralmente 20 cm de lado e os cerâmicos são comumente menores que isso. Apesar disso, a dimensão não pode ser utilizada como único parâmetro para identificar o tipo de ladrilho em função da diversidade de produtos e das réplicas utilizadas em intervenções passadas.
 - (E) Os ladrilhos cerâmicos existem em grandes quantidades nas edificações históricas, geralmente são quadrados e apresentam 20 cm de lado.



- 32 Uma edificação histórica do século XVIII com alvenaria de pedra, rebocada com argamassa de cal, areia e barro e reintegrada em algumas áreas com argamassa de traço semelhante, necessita receber nova pintura. Não há possibilidade de refazer a tinta histórica com materiais semelhantes e o proprietário terá que escolher entre as tintas que são vendidas comercialmente. A melhor especificação técnica de tinta, entre as abaixo indicadas, para não comprometer a preservação da edificação é
- (A) tinta à base de esmalte sintético fosco, pois possibilita criar uma melhor cobertura e apresenta maior durabilidade.
 - (B) tinta mineral, recomendando-se, para melhor resultado, que a superfície a ser pintada seja raspada e escovada o máximo possível, seguida de lavagem com água em abundância.
 - (C) tinta à base de óleo, de modo que possibilite a formação de um filme para isolar o reboco histórico da umidade do ar.
 - (D) tinta automotiva, aplicada sobre reboco regularizado com primer, pela durabilidade do material frente às intempéries.
 - (E) tinta à base de PVA, com o mínimo possível de acrílico adicionado, de modo que possibilite a passagem do vapor d'água e permita assim que a parede "respire".
- 33 O tipo de intervenção que pode ser feita em uma ruína é de
- (A) consolidação.
 - (B) reconstituição.
 - (C) deslocamento.
 - (D) restauro estilístico.
 - (E) complementação.
- 34 Sobre o adobe, é correto afirmar que se trata de um bloco
- (A) compacto, feito a partir de solo e queima a baixa temperatura.
 - (B) cortado de terra crua, que posteriormente vai ao forno para adquirir resistência.
 - (C) de solo cru, compactado e seco à sombra.
 - (D) constituído por mistura de bloco, carbonato e cloretos, compactado e seco ao sol.
 - (E) cerâmico, compacto e de alta resistência.
- 35 O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, definiu que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN) possui quatro livros do Tombo. Estes livros são
- (A) 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Histórico; 3) Belas Artes; 4) Artes Aplicadas.
 - (B) 1) Saberes; 2) Celebrações; 3) Formas de Expressão; 4) Lugares.
 - (C) 1) Saberes; 2) Artes Aplicadas; 3) Formas de Expressão; 4) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
 - (D) 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Histórico; 3) Belas Artes; 4) Lugares.
 - (E) 1) Saberes; 2) Celebrações; 3) Formas de Expressão; 4) Artes Aplicadas.
- 36 A tabela de Munsell é um importante apoio técnico para fazer avaliação de
- (A) pH.
 - (B) cor.
 - (C) densidade.
 - (D) dureza.
 - (E) alcalinidade.
- 37 O lioz está presente em várias edificações de Belém e nas calçadas e meio-fio de algumas áreas da cidade. Sobre o lioz, é correto afirmar que se trata de uma rocha
- (A) ígnea do tipo granito.
 - (B) carbonática com presença de fósseis.
 - (C) sedimentar recente, formada no continente, ou seja, nunca esteve em ambiente marinho.
 - (D) metamórfica, semelhante ao mármore, porém sem carbonato de cálcio.
 - (E) sedimentar, formada a partir de erosão e transporte de sedimentos de outra rocha.



- 38 Uma edificação apresenta umidade a partir da base das suas paredes internas e externas, sendo que internamente a altura da mancha de umidade é ainda maior, ultrapassando a altura de 1,5m. Para a coleta de amostras, foi determinado um reticulado na parede em três alturas equidistantes e três verticais, também equidistantes, passando por esses horizontes. Considerou-se que a equidistância seria de 50 em 50 cm. O ponto de coleta ocorreu na interseção do encontro dos horizontes com as verticais, sendo assim coletadas nove amostras. Os teores mais elevados de umidade estão na parte inferior da mancha na parede e os mais baixos na parte superior da mancha. Assinale o tipo de umidade que a parede apresenta com a recomendação adequada para a continuação da investigação acerca da origem do problema,
- (A) Umidade de precipitação. A investigação da origem deve considerar se o problema é ocasionado por falhas na cobertura ou se por defeitos nas esquadrias que não estão impedindo a entrada da água da chuva na edificação.
 - (B) Umidade descendente. A investigação deve considerar se o problema é ocasionado pela presença de água superficial no terreno acumulada em função do caimento do piso, uma vez que a altura da mancha de umidade é menor na parede externa.
 - (C) Umidade ascendente. A investigação deve considerar se o problema é ocasionado pela presença de água superficial no terreno, ou por água do lençol freático, pois a mancha de umidade é menor nas paredes externas e maior na interna.
 - (D) Umidade por causas fortuitas. A investigação deve identificar a presença de tubulações embutidas nas paredes externas, assim como a capacidade de vedação das esquadrias.
 - (E) Umidade de condensação. A investigação deve fazer a medição da umidade do ar em cada ambiente na edificação para poder indicar a solução mais adequada.
- 39 Determinados metais apresentam algumas especificidades que auxiliam a identificação do tipo de liga, informação esta fundamental para a recomendação dos processos restaurativos mais adequados à conservação de um bem cultural. Sobre os metais e suas ligas, é correto afirmar:
- (A) Uma escultura em chumbo pode ser arranhada com a unha.
 - (B) Escultura com os braços abertos e sem deformações estruturais deve ser de chumbo, pois trata-se de um material leve.
 - (C) Troféus em zinco, apesar de terem uma maior durabilidade, podem ser arranhados facilmente com a unha.
 - (D) A utilização de ímã é o meio mais eficaz para determinar se uma escultura é ou não de ferro, pois todos os aços são magnéticos.
 - (E) Os produtos de corrosão dos metais são muito semelhantes em relação à sua composição química, pois correspondem principalmente à deposição das partículas suspensas no ar.
- 40 A técnica de restauro a quente dos azulejos pode trazer danos irreversíveis a estes, mas também pode oferecer alguns resultados bastante positivos e que permitem prolongar a vida útil de um bem cultural muito deteriorado. Sobre a requeima, a temperaturas entre 1000 e 1100°C, num azulejo de pó de pedra, com calcita na parte cerâmica e microrganismos em quase toda a extensão da face decorada, além de craquelê bastante ramificado, é correto afirmar:
- (A) Queimas superiores a 1000°C são adequadas porque não alcançam o intervalo de estabilidade da calcita, permanecendo esta inalterada.
 - (B) É uma técnica reversível, apesar de possibilitar a vedação total do craquelê, porém, como esse volta em função da dilatação, a sua ausência é temporária.
 - (C) Os microrganismos são removidos apenas parcialmente nessa temperatura.
 - (D) É inadequada, pois a parte cerâmica desse azulejo tem água na sua estrutura e a perda dessa água irá ocasionar fraturas no corpo cerâmico do azulejo.
 - (E) Não é adequada, pois a presença de calcita na parte cerâmica vai liberar muito gás carbônico durante a queima. Nesse caso, a requeima do azulejo teria que acontecer no mínimo duas vezes para amenizar os danos.
- 41 Sobre a deterioração da madeira, é correto afirmar:
- (A) O apodrecimento é causado apenas pela presença de umidade.
 - (B) Os fungos mais comuns são os ficomicetos e os mais raros são os ascomicetos e deutomicetos.
 - (C) Xilófagos podem ser isópteros, e são geralmente conhecidos por cupins ou térmitas.
 - (D) Madeira em contato permanente com a água apresenta podridão constantemente.
 - (E) A incorporação de produtos químicos por pincelamento (sem embebição) é o melhor tratamento para imunizar a madeira.



- 42 Sobre a reintegração de antigos rebocos, é correto afirmar:
- (A) Geralmente são constituídos de cal + areia + barro e com traços semelhantes. Pode-se indicar a utilização do traço 1 (cal) + 2 (areia) + 3(barro) para todos os casos.
 - (B) A análise do traço mais provável indica o percentual de cal, areia e barro após ataque com HCl para dissolver o ligante (CaCO_3).
 - (C) A análise granulométrica da areia utiliza peneiras com malha de mesh superior a 200.
 - (D) A utilização de argamassas de cimento junto a rebocos antigos de cal + areia + barro é compatível.
 - (E) A presença de barro nos traços de rebocos históricos está relacionada apenas ao tipo de areia empregada.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESERVA